

Entre engenhos, alambiques, bares e botequins: a cachaça na economia baiana (Ilhéus, Salvador e o Recôncavo açucareiro), 1850-1889^a

Between sugar mills, stills, bars and taverns: Cachaça in the Bahian Economy (Ilhéus, Salvador, and the Sugarcane Recôncavo), 1850-1889

Marcelo Loyola^b 

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus Eunápolis, Brasil

Resumo: O artigo analisa a presença da cachaça na economia baiana entre 1850 e 1889. Serão abordados aspectos relacionados com a produção, exportação, preços, impostos e o fluxo mercantil da bebida, com o objetivo de avaliar a importância do destilado na província. As fontes utilizadas no estudo são inventários *post mortem*, livros de cobrança de impostos, fala de presidente de província, recenseamento de 1872 e relatos de viajantes estrangeiros. A cachaça estava presente na Bahia desde o período colonial, mas na segunda metade do século XIX a economia baiana passou por mudanças significativas e a indústria açucareira entrou em crise, impactando a dinâmica comercial da bebida, como será demonstrado neste estudo.

Palavras-chave: Bahia. Cachaça. Açúcar. Economia. Século XIX.

Abstract: This article analyzes the presence of cachaça in the Bahian economy between 1850 and 1889. It addresses aspects related to production, exportation, pricing, taxation, and the commercial flow of the beverage, with the aim of assessing the significance of the distillate within the province.

Editora responsável: Talita Alves de Messias

^a Submissão: 25/02/2025 | Aprovação: 01/08/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i3.1044

^b marceloandrade@uneb.br

A autora declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

The sources utilized in the study include *post-mortem* inventories, tax collection books, provincial president's speeches, the 1872 Census, and reports from foreign travelers. Cachaça had been present in Bahia since the colonial period; however, in the second half of the nineteenth century, the Bahian economy underwent significant changes, and the sugar industry entered a crisis, impacting the commercial dynamics of the beverage, as will be demonstrated in this study.

Keywords: Bahia. Cachaça. Sugar. Economy. 19th century.

JEL: D4. N56. N96.

Introdução

A presença da cachaça na história da Bahia ainda é um tema pouco investigado (Calasans, 1951; Amado, 1988). Essa capitania foi uma das principais áreas de produção de açúcar e aguardente de cana do Brasil. A expansão dos canaviais ocorreu sobretudo na área conhecida como Recôncavo baiano, que abrange as terras em torno da Baía de Todos os Santos, ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, matéria-prima para fabricação da cachaça. Nessa área, o número de engenhos cresceu ao longo dos séculos da colonização, transformando a região em uma das principais zonas de *plantation* açucareira da América (Mattoso, 1992; Schwartz, 1988; Barickman, 2003).

Com a disseminação do cultivo da cana-de-açúcar, a fabricação de cachaça se espalhou pelo Brasil e a bebida se tornou um produto importante do ponto de vista social, econômico e cultural (Cascudo, 1986; Venâncio; Carneiro, 2005; Figueiredo, 2005).

A partir do século XVII, o tráfico de bebidas destiladas se tornou um dos fluxos mercantis mais importantes da época moderna (Carneiro, 2010). A cachaça brasileira, dada suas qualidades, ganhou espaço no mercado internacional e passou a competir com as bebidas do Reino, especialmente com o vinho fabricado em Portugal, além de ser utilizada no escambo com a África e exportada para várias regiões do mundo (Alencastro, 2000; Ferreira, 2001; Curto, 2002; Moura, 2012; Venâncio, 2023).

A Bahia desempenhou papel relevante no processo de disseminação da cachaça dentro e fora do Brasil. Para se ter uma ideia, em 1757, havia 39 destilarias em Salvador e mais 32 no Recôncavo, todas produzindo aguardente, boa parte para o consumo interno, além de abastecer as vilas de baixo (Cairu, Camamu e Ilhéus), Sergipe, os sertões do São Francisco e ser exportada para Angola (Schwartz, 1988; Alencastro, 2000).

No século XIX, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, o número de parceiros comerciais da colônia cresceu e após a emancipação política (1822) aumentou. Nessa época, o mercado interno do Brasil estava em expansão e Minas Gerais era o espaço canavieiro mais importante do país, com cerca de 4.150 engenhos em 1830, os quais fabricavam açúcar, aguardente e derivados da cana, para abastecimento da província mineira, do Nordeste brasileiro e da capital do Brasil (Godoy, 2002).

Nessa conjuntura, a produção de açúcar cresceu na Bahia, sobretudo devido aos efeitos da rebelião escrava de São Domingos (1789), que destruiu a economia da Ilha e retirou do mercado a maior colônia produtora de açúcar da América, fazendo aumentar a demanda mundial pelo produto. Assim, vários engenhos foram erguidos na Bahia e a produção de açúcar e aguardente de cana se intensificou em diversas partes da província (Schwartz, 1988; Barickman, 2003).

Contudo, na segunda metade do século XIX o cenário era outro. A concorrência externa e problemas internos afetaram a economia açucareira da Bahia, que entrou em crise, ao passo que o mercado interno da província estava em crescimento. Este artigo analisa a presença da cachaça nesse contexto, especialmente entre 1850 e 1889, quando tal crise se intensificou e o tráfico atlântico de africanos havia sido proibido. Pretendemos investigar as mudanças no fluxo mercantil da bebida, analisando aspectos relacionados com a produção e exportação da cachaça, bem como os preços, os impostos e o abastecimento interno da bebida. As fontes utilizadas no estudo são: inventários *post mortem* (1850-1888); livros de impostos da Câmara municipal de Ilhéus (1862-1889; 1870-1878); fala de presidentes de província da Bahia (1878); Recenseamento do Brasil (1872) e relatos de viajantes estrangeiros.

Nessa época, o comércio de cachaça era controlado pelo governo provincial e pelas Câmaras municipais, que cobravam impostos pela venda do produto. Nossa hipótese é que a cachaça foi um artigo importante para a economia baiana, capaz de gerar receitas para os cofres públicos e lucros para os negociantes da bebida.

1. A cachaça na economia baiana

Na primeira metade do século XIX, o açúcar era o principal produto da economia baiana, responsável por gerar as maiores receitas de exportação. A fabricação de cachaça possuía vínculos estreitos com a produção desse artigo, o que certamente contribuiu para que os senhores de engenho da Bahia ampliassem a produção da bebida nessa época.

Na obra *Um contraponto baiano*, de Bert J. Barickman (2003), é possível conhecer as porcentagens das receitas sobre as exportações da Bahia entre 1780 e 1860, onde constam os índices relativos à cachaça, que au-

mentaram, em média, de 0,5% (1796-1807) para 3,4% entre 1840-1842, atingindo em torno de 3,2% entre 1851-1860.

Em comparação com açúcar, fumo e diamantes, a cachaça tinha participação reduzida no comércio exterior da província, mas a bebida gerava mais receitas que o algodão, cacau, couros, madeira e outros artigos. Em 1853, o açúcar respondeu por 66,5% das receitas de exportação da Bahia, enquanto a cachaça atingiu o maior índice (6,1%), em 1855 (Barickman, 2003).

Tabela 1 – Porcentagem da receita total das exportações da Bahia (1853-1860)

ANOS/ ARTIGOS	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860
Açúcar	66,5	59,5	53,6	49,4	6,8	43,8	56,8	26,6
Fumo	8,2	17,0	14,1	12,8	16,7	14,4	15,9	21,9
Algodão	3,6	0,8	1,1	2,0	2,1	1,1	0,4	0,6
Café	3,3	4,7	8,6	8,0	6,8	8,9	6,0	9,3
Aguardente	2,7	4,1	6,1	4,1	3,0	4,4	2,7	1,2
Cacau	0,3	0,6	0,5	0,9	0,8	2,3	0,8	1,6
Couros	2,4	4,3	5,6	5,6	5,5	7,2	3,7	6,7
Ouro	*	*	*	*	-	*	0,2	0,3
Madeira	1,0	2,1	1,2	0,7	0,9	1,4	1,6	3,6
Diamantes	11,5	5,6	8,1	15,2	13,0	10,1	9,9	14,5
SOMA	99,5	98,7	98,9	98,7	99,1	93,6	98,0	86,3

Fonte: adaptado de Barickman (2003, p. 56-57).

(*) = menos de 0,1; (-) = não houve exportação do produto.

A partir de meados do século XIX, a pauta de exportação da Bahia começou a se modificar. Os dados da Tabela 1 mostram que produtos como fumo e café cresceram em importância, ao passo que as receitas sobre exportações de açúcar declinaram, de 66,5%, em 1853, para 26,6%, em 1860. Movimento semelhante ocorreu com a cachaça, que apesar das oscilações positivas no início dos anos de 1850, declinou de 2,7%, em 1853, para 1,2%, em 1860 (Barickman, 2003).

Desde 1830, o açúcar baiano enfrentava a concorrência do açúcar cubano e do açúcar de beterraba produzido na Europa (Azevedo, 1977).

Após a abolição do tráfico de africanos, em 1850, a situação se agravou, pois a produção de açúcar dependia da mão de obra fornecida pelo tráfico, que estava vinculado a vários setores da economia baiana. Ademais, nessa conjuntura, secas e epidemias prolongadas assolaram a província, causando mortes, escassez de alimentos, fome e revoltas populares (Reis; Aguiar, 1996; Pinho, 2016). Desse modo, muitos escravistas optaram por vender seus cativos ao Centro-Sul do Brasil, onde o cultivo de café, principal produto da economia nacional, estava em expansão.

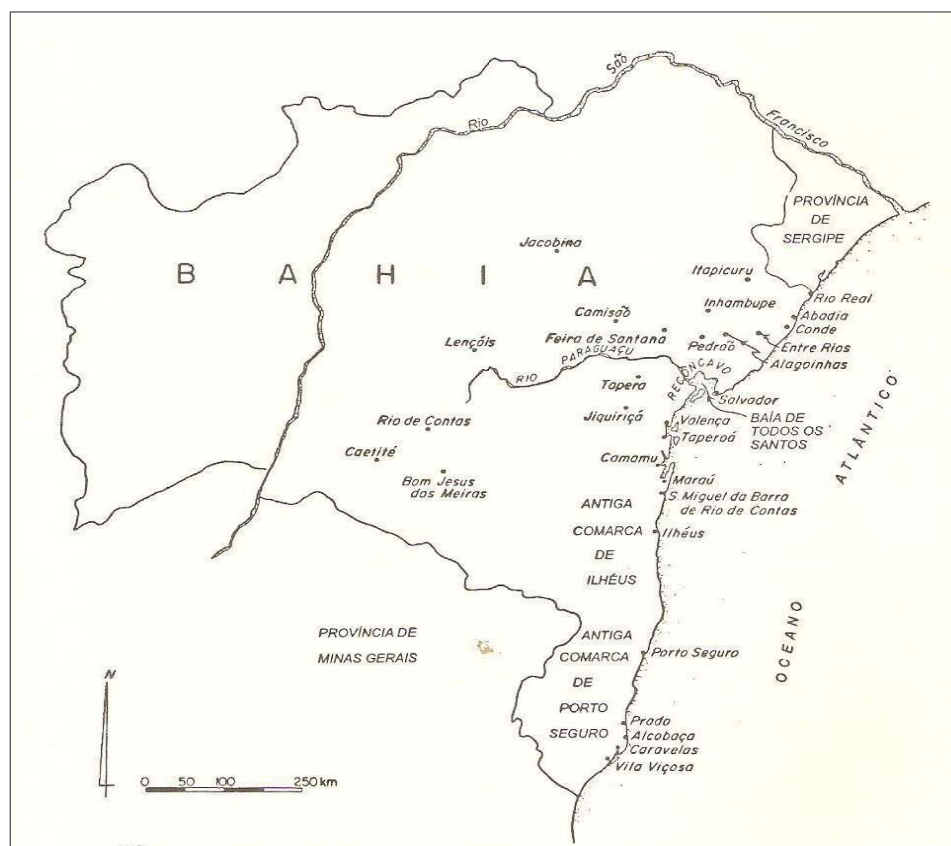
Outro agravante que ocorreu nessa época foi o surgimento da praga conhecida como “moléstia”, que atacou os canaviais do Recôncavo, prejudicando as safras e as exportações do açúcar. Segundo Barickman (1998-1999, p. 190) “[...] a moléstia fez seus maiores estragos nos municípios de Nazaré e Maragogipe, onde a lavoura canavieira vinha se expandindo rapidamente desde o começo do século XIX”.

Certamente, a crise do açúcar repercutiu na fabricação da cachaça, que também deve ter sentido os efeitos da abolição do tráfico de africanos, já que a bebida era utilizada no escambo com a África. No entanto, o destilado tinha lugar garantido no mercado interno. Ao analisar o período colonial, Stuart B. Schwartz (1988, p. 205) salientou que, “quando os preços do açúcar branco baixavam, os senhores de engenho podiam se concentrar na fabricação de melado e aguardente para o mercado local”. Essa prática pode ter permanecido após 1850, quando a crise da economia açucareira se agravou e a demanda interna por alimentos era alta, devido ao crescimento populacional.¹

Nessa conjuntura, o governo provincial da Bahia passou a incentivar as atividades econômicas no sul da província e a navegação a vapor entrou em funcionamento, contribuindo para intensificar os fluxos comerciais entre a capital (Salvador), as comarcas do litoral, do interior e outras regiões do Brasil.

¹ De acordo com Kátia M. de Q. Mattoso (1978, p. 133), em 1872 a população da província da Bahia era de 1.379.616 habitantes, enquanto Salvador tinha 129.109 moradores. Em 1890 esses números eram de 1.870.093 e 173.879, respectivamente (a fonte da autora são os Recenseamentos de 1872 e 1890).

Figura 1 – Mapa da província da Bahia em meados do século XIX



Fonte: Barickman (2003, p. 37).

O mapa da Figura 1 mostra várias localidades espalhadas na Bahia, concentradas, sobretudo, no litoral e próximo à capital (Salvador). Os rios Paraguassu e São Francisco eram as principais vias de ligação com o interior da província; inclusive, parte da cachaça produzida em Minas Gerais chegava até a Bahia pelo rio São Francisco, como destacou, por exemplo, Marcelo Magalhães Godoy:

Eram dois os principais corredores de exportação de açúcar, rapadura e aguardente. Do Vale do Alto-Médio São Francisco e do Sertão originavam-se os derivados enviados para o interior do Nordeste, via Rio São Francisco. Da Mata e das Mineradoras Central Leste e Oeste partiam os derivados exportados para o Rio de Janeiro. (Godoy, 2002, p. 32)

Outra parte da cachaça chegava ao interior da Bahia por meio dos tropeiros, que partiam da cidade de Cachoeira carregando mercadorias para os povoados distantes (Mattoso, 1978). Assim, podemos supor que o noroeste da Bahia recebia cachaça de Minas Gerais e dos tropeiros baia-

nos que rumavam para o sertão, enquanto o litoral era abastecido pela aguardente produzida nos engenhos do Recôncavo e da costa atlântica. O município de Ilhéus, por exemplo, remetia boa parte da sua produção de cachaça para Salvador (Andrade, 2020a).

A dinâmica comercial da cachaça na Bahia também envolvia exportações. A fala do presidente de província, Barão Homem de Mello, realizada na 57ª legislatura da Assembleia de 1878, permite conhecer as exportações da aguardente de cana e de outros produtos despachados pela província em cinco anos financeiros, 1872-1873 até 1876-1877, contendo informações sobre a quantidade e a soma dos valores das exportações (Fala do presidente, 1878). Para facilitar a apresentação dos dados, convertemos anos financeiros em anos calendários, usando, por exemplo, 1873 em vez de 1872-1873. As tabelas foram apresentadas tal como aparecem na fonte, com apenas uma modificação: acrescentamos os percentuais correspondentes aos valores de cada produto.

Tabela 2 – Exportações da Bahia, 1873-1874

ANOS/ARTIGOS		1873			1874		
Descrição	Unid.	Quantid.	Valor Oficial	%	Quantid.	Valor Oficial	%
Aguardente	Litros	602.844	87:132\$169	0,5	653.179	103:034\$435	0,8
Algodão	Kilog.	1.479.804	915:094\$103	5,1	1.574.410	800:969\$545	6,2
Açúcar	Kilog.	50.127.659	6.684:548\$875	37,2	29.314.778	3.210:626\$190	25,1
Café	Kilog.	3.990.448	1.772:820\$159	9,8	3.401.420	1.983:095\$667	15,5
Couros	Kilog.	1.311.732	969:542\$505	5,4	1.319.939	859:509\$890	6,7
Diamantes	Gramas	4.980	416:661\$900	2,3	4.847	405:493\$036	3,2
Fumo	kilog.	14.583.408	5.558:530\$956	31,0	11.736.947	4.208:676\$990	33,0
Cacau	kilog.	1.187.562	378:756\$438	2,1	1.116.036	310:952\$145	2,4
Madeiras	Ton.	6.723	623:985\$141	3,5	5.600	391:374\$268	3,0
Pau Brasil	Kilog.	767.122	31:434\$884	0,2	1.465.239	59:220\$186	0,5
Piaçava	Kilog.	5.601.905	442:767\$692	2,4	4.073.342	328:786\$689	2,6
Ticum	Kilog.	5.880	10:408\$767	0,1	7.411	13:117\$300	0,1
Diversos			71:953\$539	0,4		103:748\$771	0,8
SOMA			17.963:637\$128	100,0	SOMA	12.778:606\$112	100,0

Fonte: Fala do presidente da província da Bahia, Barão Homem de Mello, na 57ª legislatura da Assembleia Legislativa de 1878.

Entre 1873 e 1874, as exportações de cachaça da Bahia aumentaram, passando de 602.844 litros para 653.179 litros. Contudo, as porcentagens das receitas sobre esse comércio não ultrapassaram um por cento, índice bem abaixo dos registrados na primeira metade do século XIX, quando o tráfico atlântico de africanos estava aberto. Movimento semelhante ocorreu com o açúcar, cujas receitas continuaram declinando, ao passo que as provenientes de café e fumo se mantiveram em ascensão. Em 1874, as receitas sobre exportação de fumo (33%) ultrapassaram as relativas ao açúcar (25,1%).

Os anos de 1870 são considerados pela historiografia como um período de grande depressão da economia baiana, motivada por vários fatores: “guerra do Paraguai; crise agrícola ligada à lavoura algodoeira e à moléstia da cana; êxodo da mão de obra servil para o sul; dificuldade de crédito para o setor agrícola e, a partir de 1873, depressão econômica europeia” (Mattoso, 1978, p. 350).

Esses eventos impactaram as exportações da província, especialmente o comércio de açúcar. Os senhores de engenho reagiram de várias formas à essa crise: adotaram técnicas modernas de fabricação do açúcar, a exemplo dos engenhos movidos a vapor; introduziram nova espécie de cana (cana caiana) e novos equipamentos para processá-la. No entanto, tais medidas não trouxeram efeitos positivos, obrigando uma parte dos senhores de engenho a investir na produção de gêneros alimentícios para os mercados locais e cultivar café e fumo para exportação (Barickman, 1998-1999).

Nesse contexto, a produção de aguardente para o mercado interno pode ter assumido importância significativa, como aconteceu em Minas Gerais, por exemplo, onde vários engenhos consorciavam as produções de açúcar, aguardente e rapadura, como demonstrou Marcelo Magalhães Godoy (2004, p. 2) ao analisar o espaço canavieiro dessa província entre setecentos e o novecentos, argumentando que “para a quarta década do Oitocentos, estima-se que Minas produzia em torno de 33.200 toneladas de açúcar e rapadura e mais de 22 milhões de litros de aguardente”.

Entre 1873 e 1874, a Bahia exportou cerca de um milhão, duzentos e cinquenta mil litros de cachaça. Uma parte dos senhores de engenhos da Bahia pode ter seguido o exemplo de Minas Gerais, onde, em 1836, quase 60% dos engenhos consorciavam a produção de açúcar com a fabricação de aguardente e rapadura (Godoy, 2002, p. 4).

Ao investigar as mudanças na arquitetura dos engenhos baianos do século XIX, Esterzilda Berenstein de Azevedo destacou o crescimento do número de engenhos com edifícios conjugados, que pertenciam a senhores de pouco cabedal e produziam para o mercado interno: “Na Bahia, as casas acopladas às fábricas se difundiram no século XIX principalmente na zona sudoeste do Recôncavo [...] tradicionalmente voltada para a economia de subsistência e que somente no século XIX passou a produzir açúcar mascavado e aguardente para o mercado regional” (Azevedo, 2021, p. 281).

Sobre as características desses engenhos, Esterzilda B. Azevedo fez a seguinte observação: “A natureza desses engenhos, voltados para a produção de melaço, açúcar mascavado, rapadura e aguardente para o mercado local, diferencia seus espaços fabris com relação aos grandes engenhos dedicados à produção de açúcar branco para exportação [...]” (Azevedo, 2021, p. 291).

A formação de uma zona produtora de açúcar e aguardente para o mercado interno, distante do Recôncavo tradicional, também foi notada por Bert J. Barickman, que salientou a presença significativa de trabalhadores escravizados nessa área.

Claro está que nem todos os escravos baianos residiam e trabalhavam nos engenhos do Recôncavo. De fato, segundo o censo de 1872 e a matrícula de 1872-73, os 58 municípios fora do Recôncavo continham mais da metade da população servil. Em alguns desses municípios achavam-se engenhos, mas em 46 deles não se produzia açúcar para exportação. E nesses 46 municípios, matriculou-se em 1872-73 um total de 62.054 escravos – ou seja, quase 36% da população servil da Bahia. (Barickman, 1998-1999, p. 194-195)

No século XIX, o número de engenhos cresceu de modo significativo na Bahia. O Recôncavo continuou sendo o “coração” da economia açucareira, onde o salto foi de 292 para 635 engenhos entre 1818 e 1873. Nos demais municípios, localizados ao norte, a oeste, sudoeste e ao sul do Recôncavo, o crescimento foi de 23 para 257 engenhos no mesmo período (Barickman, 2003).

Desse modo, segundo as estimativas de Barickman, em 1873 a Bahia possuía 892 engenhos, mas nem todos produziam açúcar para exportação (Barickman, 2003; Azevedo, 2021). Na área localizada ao sul do Recôncavo, considerada a segunda grande rota de expansão da indústria açucareira, o número de engenhos com produção voltada para o mercado interno cresceu: “[...] em meados do século XIX, Nazaré e Maragogipe tinham quase tantos engenhos quanto os municípios canavieiros tradicionais de Santo Amaro e São Francisco do Conde” (Barickman, 2003, p. 82).

Nessa conjuntura, a produção de açúcar e cachaça para o mercado interno pode ter assumido importância estratégica para muitos senhores de engenho da Bahia. A cidade de Salvador era um dos maiores centros urbanos do Brasil, com muitos armazéns, tabernas, padarias, quitandas e lojas de secos e molhados, especialmente nas freguesias do centro da cidade (Mattoso, 1978). Ademais, a província tinha a terceira maior população escrava do país, com cerca de 164.824 cativos em 1872 (Barickman, 1998-1999).

Ainda que a fonte em análise só permita verificar as exportações de aguardente, especialmente aquelas feitas por Salvador, é possível inferir que a produção da bebida estava disseminada na província e vários municípios remetiam aguardente para a capital baiana, além de produzir para o consumo local, como era o caso de Ilhéus, ao sul da província (Andrade, 2020a; Loyola; Gutiérrez, 2024).

Ao dividir a quantidade de cachaça exportada pela Bahia (Tabela 2), pelos 892 engenhos existentes nessa província em 1873, chegamos a uma produção média anual que poderia variar entre 676 e 732 litros de aguardente para exportação, sem contabilizar o volume destinado ao mercado interno, que deveria ser grande.

Ainda podemos verificar a trajetória das exportações de cachaça na Bahia analisando os dados referentes a meados dos anos de 1870.

Tabela 3 – Exportações da Bahia (1875-1876)

ANOS/ ARTIGOS		1875			1876		
Descrição	Unid.	Quantid.	Valor Oficial	%	Quantid.	Valor Oficial	%
Aguardente	Litros	1.424.348	175:339\$503	1,1	562.173	67:532\$669	0,5
Algodão	Kilog.	492.782	224:947\$659	1,4	112.355	47:801\$515	0,3
Açúcar	Kilog.	56.366.709	6.001:763\$909	38,1	29.825.695	3.065:230\$448	20,4
Café	Kilog.	4.696.038	2.223:479\$793	14,1	7.588.541	3.518:449\$748	23,4
Couros	Kilog.	813.920	778:527\$003	5,0	1.081.277	429:015\$015	2,8
Diamantes	Gramas	1.405	117:582\$021	0,7	5.080	425:247\$600	2,8
Fumo	kilog.	13.760.641	4.834:364\$957	30,7	18.307.550	6.118:586\$455	40,7
Cacau	kilog.	931.628	248:133\$392	1,6	1.376.157	358:729\$003	2,4
Madeirasas	Ton.	4.959	387:843\$796	2,5	3.483	244:823\$529	1,6
Pau Brasil	Kilog.	2.795.477	112:280\$880	0,8	1.757.822	65:275\$471	0,4
Piaçava	Kilog.	4.853.097	455:554\$816	2,9	3.989.486	326:770\$102	2,2
Ticum	Kilog.	6.923	12:254\$478	0,1	8.815	15:523\$509	0,1
Diversos			171:056\$771	1,0		354:857\$660	2,3
SOMA			15.743:128\$978	100,0	SOMA	15.037:851\$724	100,0

Fonte: Fala do presidente (1878).

Em 1875, a Bahia exportou grande quantidade de cachaça (1.424.348 litros), o mesmo ocorrendo com o açúcar, que atingiu o pico de 56.366.709 quilos exportados nesse ano. Em certa medida, esses produtos (açúcar e cachaça) apresentaram trajetórias de exportação semelhantes: em 1875, os volumes despachados aumentaram em relação aos anos de 1873 e 1874 (ver Tabela 2); já em 1876, eles declinaram juntos, ou seja, as receitas das exportações de cachaça se reduziram a 0,5%, e as relativas ao açúcar, a 20,4%.

A Tabela 3 também revela que em meados dos anos de 1870 as mudanças na economia baiana se aprofundaram. O fumo gerou 40,7% das receitas de exportação, e o café, 23,4%, confirmando a ascensão desses artigos na pauta de exportação e o declínio do açúcar (20,4%) e da cachaça (0,5%).

Todavia, embora essas oscilações indiquem mudanças a curto prazo, elas também refletem as sazonalidades das culturas e dos preços de venda dos produtos no exterior, fatores que influenciam a análise das tendências.

Em 1877, por exemplo, o volume de exportação do açúcar não aumentou em comparação ao período anterior (Tabela 3), mas a arrecadação de impostos sobre sua venda subiu para 37%, em decorrência do aumento do seu preço, como será demonstrado a seguir (Tabela 5), ao passo que as receitas sobre exportações de fumo e café declinaram em comparação a 1876, chegando, em 1877, a 29,5% e 18,6%, respectivamente.

Tabela 4 – Exportações da Bahia (1877)

ANO/ARTIGOS		1877		
Descrição	Unid.	Quantid.	Valor Oficial	%
Aguardente	Litros	363.187	60:531\$250	0,4
Algodão	Kilog.	49.534	19:883\$000	0,1
Açúcar	Kilog.	34.493.882	5.916:360\$621	37,0
Café	Kilog.	6.413.740	2.980:451\$260	18,6
Couros	Kilog.	963.950	363:218\$912	2,3
Diamantes	Grama	5.743	480:437\$100	3,0
Fumo	kilog.	14.826.613	4.714:895\$809	29,5
Cacau	kilog.	1.468.658	517:269\$174	3,2
Madeiras	Ton.	3.409	218:007\$969	1,4
Pau Brasil	Kilog.	1.095.893	40,234:790	0,2
Piaçava	Kilog.	4.262.466	357:320\$525	2,2
Ticum	Kilog.	9.843	17:584\$027	0,1
Diversos			306:631\$440	2,0
		SOMA	15.992:825\$877	100,0

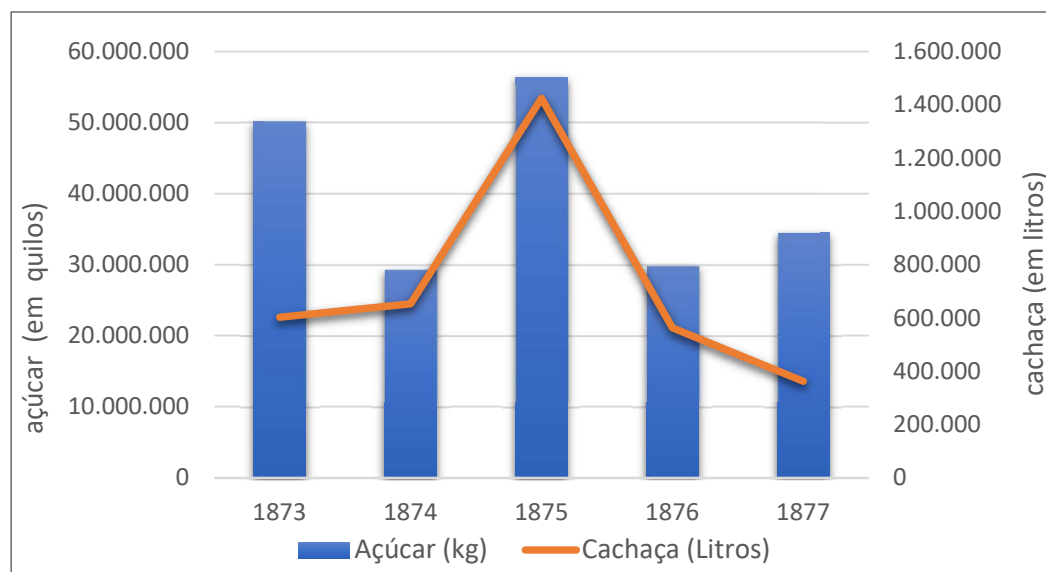
Fonte: Fala do presidente (1878).

Em 1877, a Bahia exportou 363.187 litros de cachaça, o menor índice da série analisada (1873-1877). Já o açúcar, se comparado a 1876, embora tenha alcançado sensível elevação na quantidade exportada e no percentual das receitas (37%), não se recuperou da crise que vinha sofrendo desde meados do século XIX, “no final da década de 1880, a estagnação (do açúcar) deu lugar ao colapso quase total” (Barickman, 1998-1999, p. 187).

Desse modo, as remessas de açúcar e aguardente para o exterior oscilaram muito. Nos primeiros anos, a tendência foi de ascensão, seguidos por declínio. Entre 1873 e 1875, a média anual de exportação de açúcar

foi de aproximadamente 45 milhões de quilos, e a de cachaça, cerca de 893,5 mil litros. Já entre 1876 e 1877, esses índices declinaram para algo em torno de 32 milhões de quilos e 463 mil litros, respectivamente. Ao todo, entre 1873 e 1877, a Bahia exportou 200.128.723 quilos de açúcar e 3.605.731 litros de cachaça.²

Gráfico 1 – Exportações de açúcar e cachaça na Bahia (1873-1877)



Fonte: Fala do presidente (1878).

O Gráfico 1 mostra movimento semelhante na trajetória das exportações de açúcar e cachaça. Todavia, a fonte não revela quais áreas da Bahia produziam esses artigos, que eram exportados por Salvador. Podemos inferir que a maior parte vinha dos engenhos do Recôncavo tradicional, cujos proprietários tinham vínculos históricos com a economia de exportação. Possivelmente, nessas propriedades, a fabricação de açúcar andava junto com a produção de aguardente.

Ao analisar os desafios dos senhores de engenho dessa região em relação à crise do açúcar, Bert J. Barickman fez a seguinte observação:

O café e o fumo representariam alternativas viáveis à cana-de-açúcar para os senhores de engenho do Recôncavo? Provavelmente não para aqueles cujas propriedades se achavam nos distritos canavieiros mais tradicionais da

² As somas das exportações desses produtos foram, precisamente: 200.128.723 quilos de açúcar e 3.605.731 litros de aguardente de cana.

região, ao norte da Baía de Todos os Santos. Os solos argilosos e pesados de massapê eram considerados ideais para o cultivo da cana, mas não para o café nem para o fumo. Além disso, situavam-se nos distritos canavieiros mais tradicionais muitos dos maiores engenhos do Recôncavo. Os proprietários desses engenhos já tinham investido pesadamente no equipamento, maquinário e outras instalações necessárias para transformar a cana e açúcar. (Barickman, 1998-1999, p. 214)

Se para os senhores de engenho do Recôncavo tradicional era inviável investir em outras culturas, como eles conseguiram enfrentar a crise do açúcar? A resposta pode estar no mercado interno, que assumiu importância relevante no aludido contexto.

É importante salientar que entre 1800 e 1850, cerca de 414.350 africanos desembarcaram na Bahia,³ quando a cachaça já era uma bebida popular no Brasil (Monteleone; Ayer, 2023). O destilado era considerado energizante e com potencial curativo, fornecido aos escravizados antes dos serviços penosos e vendido de forma clandestina aos quilombolas, além de ser consumido nas festas populares, no cotidiano dos trabalhadores e misturado com os frutos da terra para fabricação de licores (Scarano, 2001; Chalhoub, 2001; Guimarães, 2005; Algranti, 2005).

Segundo Esterzilda Berenstein de Azevedo, no século XIX, o alambique se tornou a principal instalação complementar dos engenhos de açúcar da Bahia, “suas instalações podiam variar desde um salão anexo à casa de purgar até um galpão independente com dimensões que podiam se equivaler ao da fábrica” (Azevedo, 2021, p. 391-392).

Nesse contexto, a comercialização de cachaça era uma atividade lucrativa. Os preços de venda da bebida para o exterior ajudam a entender essa questão.

³ Informações obtidas na base de dados do *Voyage Slavery*. Disponível em <<http://www.slavevoyages.org>>. Acesso em: 12 fevereiro 2025.

Tabela 5 – Preços de exportação dos principais artigos da Bahia (1873-1877)

ANOS/ARTIGOS	Unid.	1873	1874	1875	1876	1877
Aguardente	Lt.	\$144	\$157	\$123	\$120	\$166
Açúcar	Kg	\$133	\$109	\$106	\$102	\$171
Café	Kg	\$444	\$583	\$473	\$463	\$464
Fumo	Kg	\$381	\$358	\$351	\$334	\$318
Cacau	Kg	\$318	\$278	\$266	\$260	\$352

Fonte: Fala do presidente (1878).

Os dados da Tabela 5 indicam que em relação à venda ao exterior, o preço de um litro de aguardente podia ser mais alto que o do quilo do açúcar, e bem mais baixo que o do quilo do fumo, café e cacau, por exemplo. Ao certo, a demanda por açúcar devia ser mais alta que a da cachaça, mas os negociantes da bebida podiam obter lucros com a venda do destilado em doses no mercado interno. Investigar o consumo da bebida na capital baiana seria ideal para entender a dinâmica comercial do destilado nos espaços urbanos de Salvador, mas no momento não conseguimos levantar fontes para realizar esse estudo. Todavia, encontramos documentos que permitem verificar essas e outras questões no município de Ilhéus.

2. A cachaça no município de Ilhéus

O município de Ilhéus, distante cerca de 450 quilômetros de Salvador, possuía um território com aproximadamente 200 quilômetros de costa, limitando-se com a vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas, ao norte, e com a comarca de Porto Seguro, ao sul (Figura 1). O povoamento desse espaço, rico em madeiras, solos férteis e água doce, intensificou-se durante o século XIX, devido ao crescimento das atividades econômicas, especialmente as produções de açúcar e aguardente de cana, que se expandiram nessa localidade, bem como a exploração de madeiras e os cultivos de cacau e café (Campos, 2006; Mahony, 2001; Andrade, 2019; Gonçalves, 2017).

O engenho Santana, por exemplo, produzia de 9 a 10 mil arrobas de açúcar em 1818 (Spix; Martius, 1981). Outros engenhos foram negociados em Ilhéus nessa época, a exemplo do engenho Itaípe, vendido por

Rs. 4:500\$000 em 1842 (APEB-SCP, 1842). Outro foi comprado em 1846, por Francisco Felisman de Carvalho Lessa, que pagou Rs. 1:778\$609 por “[...] um engenho de fabricar açúcar com terras próprias e mais um quinhão de terras denominado Penedo, contiguas ao engenho União, à margem da lagoa do rio Itaípe” (APEB-SCP, 1842, p. 46).

A produção e o consumo de cachaça estavam disseminados em Ilhéus, os viajantes estrangeiros relataram isso quando passaram pela localidade (Spix; Martius, 1981; Maximiliano, 1989). Os inventários *post mortem* também revelam que vários engenhos estavam funcionando em Ilhéus nessa época. Nessas propriedades, fabricavam-se açúcar, aguardente, farinha de mandioca, alguns tinham plantações de cacau, criação de animais, serrarias, balcão de negócios e outros bens. Certamente, os artigos produzidos nesses espaços eram enviados para Salvador e para os mercados locais.

Analizamos 333 processos, abertos entre 1850-1888, os quais permitiram conhecer as atividades econômicas da maioria dos inventariados. No entanto, essa amostra representa uma pequena parcela da população local, composta por 5.682 habitantes em 1872, dos quais 18,5% eram escravizados (Recenseamento, 1872).

Tabela 6 – Inventariados por ocupação principal e o montante da riqueza (Ilhéus, 1850-1888)

Ocupação dos inventariados	Inventários Nº %		Monte-mor Soma (em réis)		Monte-mor Média (em réis)
Donos de Engenho	12	3,6	365:744\$351	17,6	30:232\$863
Negociantes	39	11,7	707:941\$329	34,1	18:152\$342
Produtores de cacau	215	64,5	826:087\$702	40,0	3:842\$268
Produtores de farinha/café/coco	24	7,2	70:887\$350	3,4	2:941\$947
Outros*	13	4,0	29:226\$089	1,4	2:248\$161
Não Identificada	30	9,0	72:222\$908	3,5	2:407\$430
TOTAL	333	100,0	2.072:109\$729	100,0	6:222\$551

Fonte: APEB (1850-1888).

(*) Profissionais liberais, funcionários eclesiásticos, pequenos criadores, madeireiros etc.

Os dados da Tabela 6 mostram que, em média, os donos de engenho estavam entre as famílias mais ricas de Ilhéus, seguidos por negociantes e

produtores de cacau. A lavoura cacaueira estava em expansão na localidade, mas também havia plantações de café, coco e mandioca, sendo que muitas famílias consorciavam vários tipos de culturas.

O engenho Conceição de Itacanoeiras, por exemplo, estava bem conservado em 1850, sendo sustentado por 32 grossos pilares de pedra, tijolo e cal. Possuía casa de purgar açúcar, casa de arrecadação, pé de moenda, cilindros de ferro, roda d'água, tachos, um alambique de cobre com carapuça, cano e fornalha, tudo avaliado em Rs. 6:000\$000 (seis contos de réis), o equivalente a 37% da fortuna da família, avaliada em Rs. 15:988\$366 (APEB-SJ, 1850).

Em 1861, o engenho Castelo Novo estava equipado com três carros de carregar cana, casa de fabricar açúcar, casa de purgar, alambique de cobre, casa de farinha e contava com o trabalho de 54 escravizados. A família possuía a fortuna mais alta entre os inventariados, Rs. 89:797\$030 (APEB-SJ, 1861).

O engenho Itaípe possuía 48 cativos em 1876, além de móveis e equipamentos para fabricar açúcar e aguardente. A fortuna da família foi calculada em Rs. 53:097\$000 e estava comprometida com escravizados (61%), imóveis (14,4%) e terras (14%) (APEB-SJ, 1876b).

O engenho São João, localizado na cachoeira de Itabuna, possuía 22 cativos em 1878, quando a proprietária faleceu. A riqueza da família foi avaliada em Rs. 22:186\$960, a maior parte comprometida com escravizados (54%), imóveis (26%) e terras (12,5%) (APEB-SJ, 1878).

Esses exemplos mostram que muitas famílias ricas de Ilhéus tinham investimentos concentrados na fabricação de açúcar e aguardente de cana. Outras eram formadas por negociantes, que vendiam cachaça e outros artigos em suas lojas instaladas em Ilhéus, além de despachar produtos para fora do município.

O *Livro de imposto sobre a aguardente de cana (cachaça) exportada por Ilhéus* demonstra que a fabricação da bebida estava difundida na localidade. O livro foi aberto em 1870 e encerrado em 1878, dispondo de dados sobre as exportações, os exportadores e os impostos pagos mês a mês ao longo dos anos (APEB-SCP, 1870-1878).

A documentação relaciona exportações em várias unidades de medidas. Entre 1870 e 1874 elas aparecem em canadas; entre 1874 e junho

de 1877, em litros; daí até setembro de 1878, em barris. Para facilitar a apresentação dos dados e permitir comparações, convertamos essas medidas para litros.⁴

Computando-se todo o período, concluímos que em nove anos o município de Ilhéus exportou 543.749 litros da bebida, gerando Rs. 1:013\$030 de tributos, colocando o destilado em terceiro lugar entre os itens mais importantes na geração de impostos sobre exportações do município, atrás apenas do cacau e da piaçava, sem contar o açúcar e a farinha de mandioca, isentos de tributação (Loyola; Gutiérrez, 2024).

Embora a fonte não revele o destino final da cachaça exportada por Ilhéus, alguns inventários de negociantes da bebida permitem rastrear a trajetória do destilado. José Simeão Moreno, por exemplo, respondeu por 35% das exportações de cachaça e faleceu em 1881. Seu inventário demonstra que ele era negociante, residia em Ilhéus, próximo ao Largo de São Sebastião, e possuía uma lancha em sociedade com Bernardo Sellman, então presidente da Câmara Municipal. Nos registros do processo, os herdeiros e o sócio da embarcação alegaram prejuízos devido à sua inatividade no porto da vila e solicitaram autorização judicial para navegarem até o porto da Bahia (APEB-SJ, 1881b).

A ligação dos negociantes de Ilhéus com a praça de Salvador está evidenciada em vários inventários, indicando que o principal destino da cachaça exportada por esse município era a capital baiana (Andrade, 2020b).

Ao comparar as exportações de aguardente de Ilhéus com as da província da Bahia, concluímos que em nove anos (1870-1878) esse município exportou o equivalente a 15% de toda a cachaça exportada pela aludida província em cinco anos (1873-1877).

Nessa época, o sul da Bahia se tornou importante não apenas pela produção de açúcar e aguardente, mas também pelo avanço das plantações de cacau e café, produtos que estavam se destacando nas exportações da província (Barickman, 2003).

Ainda podemos avançar na análise da dinâmica comercial da cachaça calculando as somas obtidas com a venda da bebida. O *Livro de imposto*

⁴ Consideramos uma canada como sendo na Bahia igual a 6,85 litros (Barickman, 2003); para o barril, tomamos como referência o barril mineiro, igual a 21 litros (Godoy, 2002).

não informa o preço de venda do destilado, mas alguns inventários de Ilhéus oferecem informações sobre essa questão. Em 1875, por exemplo, foi aberto o inventário dos donos do Engenho União, onde constam, entre outros bens, 200 canadas de cachaça, cada uma avaliada em Rs. \$600 (seiscentos réis) e todas por Rs. 120\$000 (cento e vinte mil réis) (APEB-SJ, 1875; APEB-SCP, 1870-1878).

Apesar de esse preço não ser o preço venal, ele permite estimar as somas obtidas com a venda da bebida. Em 1871, por exemplo, ocorreram exportações em todos os meses, totalizando 10.208 canadas de aguardente despachadas por Ilhéus, o que pode ter gerado aos negociantes do destilado a soma de Rs. 6:124\$800 (seis contos, cento e vinte e quatro mil e oitocentos réis), uma quantia alta para os padrões da época, permitindo comprar, por exemplo, cinco cativos saudáveis. O escravizado Cassiano, por exemplo, tinha treze anos de idade e trabalhava no engenho União em 1875, sendo avaliado em Rs. 1:200\$000 (APEB-SJ, 1875).

Em Ilhéus, os negociantes controlavam a maior parte das exportações de cachaça, mas alguns senhores de engenho também exportavam a bebida. A viúva Mariana Caldas, proprietária do engenho São João, exportou 80 canadas de aguardente em janeiro de 1874 e pagou Rs.\$800 (oitocentos réis) de imposto. Nesse caso, considerando o preço de seiscentos réis por canada, podemos estimar que ela poderia obter a quantia de quarenta e oito mil réis (Rs. 48\$000) com a venda da bebida (APEB-SJ, 1878; APEB-SCP, 1870-1878).

Ao que parece, em Ilhéus, a maior parte da produção de aguardente vinha dos engenhos, enquanto as exportações eram controladas pelos negociantes, que tinham embarcações de longa distância. Além de exportar a bebida para Salvador e outras localidades, eles também podiam obter lucro com a venda da cachaça no mercado interno.

O *Livro de imposto relativo à cachaça espíritos fortes de Ilhéus* revela a venda do destilado no mercado interno desse município. O documento cobre o período de 1862 a 1889, dispondo de informações sobre os fornecedores, os impostos aplicados e a quantidade fornecida. Nesse documento, a cachaça também aparece em várias unidades de medida, que foram convertidas em litros.⁵

⁵ Sobre as conversões ver nota 13.

Em aproximadamente vinte e sete anos (1862-1889), foram fornecidos 119.842 litros de cachaça no mercado interno de Ilhéus, volume que está bem abaixo do que foi exportado pelo município entre 1870 e 1878, que foi de 543.749 litros (APEB-SCP, 1862-1889; APEB-SCP, 1870-1878).

O imposto sobre a venda da bebida no mercado interno era mais alto que o relativo à exportação do produto, talvez, isso explique a preferência dos negociantes em despachar o destilado para fora do município, ao invés de comercializá-lo em suas lojas. Em 1870, por exemplo, o tenente Bernardo Sellman vendeu 80 canadas de aguardente em sua loja e pagou Rs. 3\$200 de imposto (APEB-SCP, 1862-1889), enquanto Antônio da Cruz exportou 80 canadas do destilado no mesmo ano e pagou Rs. \$800 de tributos, uma diferença significativa (APEB-SCP, 1870-1878).

Com relação à possibilidade de ganho com a venda da cachaça no mercado interno, foi possível verificar que esse comércio era lucrativo. Dentre os fornecedores de cachaça de Ilhéus, Antônio Henrique Marques de Oliveira foi o que mais se destacou. Ele faleceu em 1879, seu inventário revela que seus negócios estavam concentrados na rua do Porto, onde vendia bebidas e outros produtos. Entre 1862 e 1873, ele forneceu o total de 2.216 canadas de cachaça no mercado interno de Ilhéus. Em seu inventário, cada canada foi avaliada em Rs. 1\$500, o que poderia representar uma receita de Rs. 3:324\$000 (três contos, trezentos e vinte e quatro mil réis). Esse montante permitia comprar, por exemplo, quatro cativos adultos. Frederico, de 33 anos, trabalhava nos serviços domésticos para o aludido comerciante e foi avaliado em Rs. 700\$000 (APEB-SJ, 1879b).

Em Salvador, maior centro urbano da Bahia, a comercialização da cachaça no varejo deveria ser mais intensa que em Ilhéus. Segundo Katia Mattoso (1992, p. 493), na capital baiana, “[...] de 1870 a 1889, portugueses e brasileiros partilhavam a venda de tecidos, gêneros alimentares, produtos farmacêuticos e de drogaria, ferragens, vinhos e bebidas destiladas [...]”, acrescentando ainda que era impossível separar importadores-exportadores e varejistas, pois os primeiros também negociavam no varejo, onde a clandestinidade era grande (Mattoso, 1992, p. 493).

Esses dados demonstram que a cachaça foi um artigo importante para a economia baiana. A comercialização do produto era capaz de gerar receitas para os cofres públicos e somas significativas para os negociantes da bebida.

Durante a crise do açúcar, donos de engenho do Recôncavo baiano e de outras partes da Bahia podem ter direcionado a produção de aguardente, açúcar e outros artigos para o mercado interno. É certo que a cachaça não era a única bebida alcoólica comercializada na Bahia, que também vendia bebidas importadas. Não obstante, além da qualidade da cachaça brasileira, esse destilado possuía preços mais baixos em relação às bebidas estrangeiras, o que lhes garantia certas vantagens.

Os negociantes de Ilhéus, por exemplo, comercializavam vários tipos de bebidas em suas lojas, inclusive aguardente do reino. Em 1869, na loja de José Antônio Coutinho, uma garrafa de cachaça podia custar Rs. \$160 (cento e sessenta réis), enquanto uma garrafa de vinho foi avaliada em Rs. \$640 (seiscentos e quarenta réis) (APEB-SJ, 1869). Na loja do negociante Bernardo Sellman, cuja esposa (Adelina Sellman) faleceu em 1876, uma garrafa de absinto chegou a custar Rs. 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis); uma garrafa de vinho do Porto, Rs. 1\$000 (mil réis); uma garrafa de licor francês Rs. 1\$200 e uma canada (6,8 litros) de aguardente de cana, Rs. 1\$200 (APEB-SJ, 1876a).

Quadro 1 – Preços das bebidas negociadas em Ilhéus (1850-1888)			
Inventariado/ano	Preços	Inventariado/ano	Preços
<i>Joaquim José da Costa Seabra – 1856</i>	(réis)	<i>Antônio H. Marques de Oliveira – 1879</i>	(réis)
Uma garrafa de cerveja	\$500	Uma canada de cachaça	1\$500
Uma garrafa de vinho do porto	\$800	Uma canada de aguardente de cana	1\$100
Uma garrafa vazia	\$060	Uma canada de vinho branco	4\$500
		Um litro de aguardente do reino	\$360
<i>José Antônio Coutinho – 1869</i>	(réis)	Uma garrafa de conhaque	1\$000
Uma garrafa de cachaça	\$160	Um litro de genebra	\$500
Uma garrafa de vinho	\$640		
Uma garrafa de aguardente de cana	\$200	<i>Pedro G. de Vasconcelos Gusmão – 1881</i>	(réis)
		Uma canada de cachaça de mel	1\$500
<i>Adelina Sellman – 1876</i>	(réis)	Uma garrafa de cerveja inglesa	\$750
Uma canada de aguardente de cana	1\$200		
Uma garrafa de cerveja	\$583	<i>Carlos Stephani Hoblenwegner – 1886</i>	(réis)
Uma garrafa de vinho do porto	1\$000	Uma garrafa de conhaque	1\$500
Uma garrafa de vinho bordeaux	\$660	Um litro de vinho	1\$000
Uma garrafa de absinto	2\$400	Uma garrafa de aguardente de cana	\$340
Uma garrafa de tinta preta	\$500	Meia canada de cachaça	1\$000
Uma garrafa de licor de creme	\$640		
Uma garrafa de licor francês	1\$200	<i>Genésio Malaquias de Castro – 1886</i>	(réis)
		Uma garrafa de cachaça	\$400
<i>José Pereira Andrade – 1879</i>	(réis)	Uma garrafa de cerveja	1\$200
Uma garrafa de vinho do porto	1\$800		
Uma garrafa de cerveja preta	1\$000		
Uma garrafa de vinho	\$800		
Uma garrafa de vinho	\$720		
Um copo de vinho	\$400		

Fonte: APEB-SJ (1856; 1869; 1879a; 1879b; 1881a; 1886a; 1886b).

O Quadro 1 mostra que em Ilhéus os preços da cachaça eram mais baixos que os das outras bebidas comercializadas no município. Essa realidade persistiu de meados do século XIX até a véspera da abolição da escravidão

no Brasil. Em 1886, por exemplo, na loja de Carlos Stephani Hohlenwegner, uma garrafa de conhaque chegou a custar Rs. 1\$500 (mil e quinhentos réis); um litro de vinho, Rs. 1\$000 (mil réis) e uma garrafa de aguardente de cana, Rs. \$340 (trezentos e quarenta réis) (APEB-SJ, 1886a).

3. Considerações finais

Esse artigo analisou a dinâmica da cachaça na economia baiana entre 1850 e 1889, discutindo as exportações e o mercado interno da bebida no período de mudanças profundas na economia da província. O fim do tráfico atlântico de africanos, por exemplo, impactou as exportações da cachaça, que declinaram após 1850, sugerindo que a bebida continuou relevante no escambo com a África até meados do século XIX.

Na primeira metade do Oitocentos, a cachaça chegou a responder por seis por cento da pauta de exportação da Bahia, mas nos anos de 1870 esse índice ficou em torno de um por cento. Desse modo, a abolição do tráfico de africanos e a crise da economia açucareira afetaram as exportações de cachaça, que apresentou trajetória semelhante à do açúcar, ou seja, esses produtos apresentaram tendência de declínio de suas exportações, indicando a existência de vínculos estreitos na produção desses artigos.

O ano de maior exportação de cachaça foi 1875, quando a Bahia despachou 1.424.348 litros do destilado, o menor índice foi registrado em 1877, com 363.187 litros de cachaça enviados ao exterior, com média anual de 721.146 litros.

Problemas internos, como secas, epidemias prolongadas e pragas nas plantações de cana-de-açúcar também afetaram a produção de açúcar e aguardente na Bahia. No entanto, o mercado interno da província estava em expansão e pode ter absorvido grande parte da produção desses produtos, especialmente da cachaça.

O comércio do destilado era uma atividade lucrativa, como foi possível comprovar analisando o município de Ilhéus, que na época possuía aproximadamente cem casas de negócios e uma população estimada em 5.682 habitantes.

Em Salvador, o número de estabelecimentos comerciais deveria ser bem maior que o de Ilhéus. Certamente, na capital baiana, a demanda por cachaça, bem como a venda do destilado, eram bem mais altas que

no aludido município; inclusive, Salvador dependia da produção de aguardente produzida em outras partes da província. Ilhéus, por exemplo, remetia parte da sua produção de cachaça para a capital da Bahia.

No que diz respeito aos engenhos, a historiografia ressaltou que durante o século XIX muitos foram erguidos na Bahia, mas nem todos produziam para exportação. No sul da província, muitos engenhos produziam açúcar mascavado, melado e aguardente de cana para o mercado interno. Já no Recôncavo, a maior parte dos engenhos produzia açúcar branco para exportação. No entanto, a crise da economia açucareira pode ter provocado mudanças no rumo da produção dessas propriedades.

No aludido contexto, o mercado interno pode ter assumido importância estratégica para muitos senhores de engenho da Bahia. Ao certo, a produção de cachaça não foi a solução para a crise do açúcar, mas o comércio da bebida pode ter contribuído para atenuar os efeitos da crise.

Outrossim, na segunda metade do século XIX, a cachaça brasileira já era uma bebida popular. Além das suas qualidades, o destilado possuía preços mais baixos em relação às bebidas estrangeiras, garantido o lugar do produto no mercado interno. Além de gerar receitas para os cofres públicos, donos de bares e botequins, de várias condições sociais, podiam obter lucros vendendo cachaça.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, L. M. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (Org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, p. 71-92, 2005.

AMADO, J. *A morte e a morte de Quincas Berro Dágua*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ANDRADE, M. L. de. Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888. São Paulo: USP, 2019 (Tese de Doutorado da USP).

ANDRADE, M. L. de. Cachaça e escravidão em Ilhéus: 1850-1888. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 28, p. 1-28, 2020a.

ANDRADE, M. L. de. Credores e devedores na formação da economia cacauzeira: Ilhéus, 1850-1888. In: PINHO, J. R. M.; NUNES, A. d'A. (Org.). *Capítulos de história da Bahia: formação econômica*. Salvador: Eduneb, p. 155-181, 2020b.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO COLONIAL PROVINCIAL (SCP). Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus, n. 5 ao 11, 1810-1852.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO COLONIAL PROVINCIAL (SCP). Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Escritura de Compra e Venda. Lv.10. fls. 046, 21 de mar. de 1842.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO COLONIAL PROVINCIAL (SCP). Câmara de Ilhéus. Livro de imposto relativo a espíritos fortes. Maço 5453. Ilhéus, 1862-1889.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO COLONIAL PROVINCIAL (SCP). Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). 333 processos de inventários de Ilhéus, 1850-1888.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ), Ilhéus. Inventário de Maria Luíza da Santíssima Trindade. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 08, 09 out. de 1850.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Joaquim José da Costa Seabra. Ilhéus. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc.06, 17 de set. 1856.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ), Inventários de Ilhéus: José Antônio Coutinho. Est. 02, Cx. 741, Maço 1206, Doc. 02, 13 de abr. 1869.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Alferes José Antônio de Guimarães Bastos. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Adelina Sellman, Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 07, 13 de mar. 1876a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Maria da Piedade Melo e Sá. Est.02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 03, 12 de jul. 1876b.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Mariana Joaquina de Queirós Caldas. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 07, 16 de set. 1878.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: José Pereira Andrade, Est. 02, Cx. 753, Maço 1219, Doc. 09, 02 jan. 1879a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Antônio Henrique Marques de Oliveira. Est. 03, Cx. 1295, Maço 1764, Doc. 05, 15 de dez. 1879b.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Pedro Gonçalves de Vasconcelos Gusmão, Ilhéus. Est. 02, Cx. 757, Maço 1223, Doc. 03, 05 de mar. 1881a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: José Simião Moreno dos Reis. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881b.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Carlos Stephani Hohlenwegner, Ilhéus. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 10, 20 de abr. 1886a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ). Inventários de Ilhéus: Genésio Malaquias de Castro, Ilhéus. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 11, 13 de nov. 1886b.

AZEVEDO, E. B. de. *Açúcar amargo: arquitetura e arqueologia industrial do século XVI ao XIX*. Salvador: EDUFBA, 2021.

AZEVEDO, T. A economia baiana em torno de 1850. *Planejamento*, Salvador, v. 4, n. 5, p. 7-18, out./dez., 1977.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano, 1850-1888. *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 177- 238, 1998-1999.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, J. da S. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2006.

CARNEIRO, H. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Editora do Senac, 2010.

CALASANS, J. *Cachaça, moça branca*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1951.

CASCUDO, L. da C. *Prelúdio da cachaça: etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1986.

CURTO, J. C. *Álcool e Escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (C.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DA BAHIA, Barão Homem de Mello, realizada na 57^a legislatura da Assembleia Legislativa de 1878. *Center for Research Libraries*. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em 20 fevereiro 2025.

FERREIRA, R. Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (Org.). *O Anti-go Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 339-378, 2001.

FIGUEIREDO, L. *et al. Cachaça: alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005.

GODOY, M. M. Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar na província de Minas Gerais. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2002, Diamantina. *Anais*. Diamantina: Cedeplar, p. 1-54, 2002. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D16.PDF>>. Acesso em 20 fevereiro 2025.

GONÇALVES, V. S. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888)*. Ibicaraí: Via Litterarum, 2017.

GUIMARÃES, C. M. Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (Org.) *Álcool e dro-*

gas na história do Brasil. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, p. 93-122, 2005.

LOYOLA, M.; GUTIÉRREZ, H. Cachaça e mercado interno em Ilhéus, Bahia (1862-1889). *Acervo*, v. 37, n.2, p. 1-19, maio/ago., 2024w.

MAHONY, M. A. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Asia*, n. 25-26, p. 95-139, 2001.

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Cia Editora Nacional, 1989.

MONTELEONE, J.; AYER, M. *Cachaça, história e literatura*: São Paulo: Alameda, 2023.

MOURA, D. A. S. de. De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio de aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822). *TOPOI*, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan.-jun. 2012.

PINHO, J. R. M. *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos em Salvador (1858-1878)*. Salvador: Eduneb; Câmara Municipal de Salvador, 2016.

RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 1872. Disponível em <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 fevereiro 2025.

REIS, J. J.; AGUIAR, M. G. D. de. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*, n. 135, p. 133-160, 1996.

SCARANO, J. Bebida alcóolica e sociedade colonial. In: JANCÓS, I.; KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial: EDUSP, p. 467-486, 2001.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Cia. Editora Nacional, 1981.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. S. (Org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

VENÂNCIO, R. *Vinho & Colonização: O Brasil e as bebidas alcóolicas portuguesas, 1500-1822*. São Paulo: Alameda, 2023.